

Cibergoverno – O Poder Virtual

Cibergovernment – The Virtual Power

Catarina Lima Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
aniratac19@zoho.com

Resumo

O Cibergoverno é uma realidade que se tem vindo a tornar cada vez mais presente, influenciado não só a forma como o poder é exercido sobre as populações, mas também a forma como as populações lidam com esse mesmo poder.

De facto, hoje em dia boa parte dos serviços públicos são fornecidos à população remotamente através de meios virtuais, como a Internet, dispensando da dimensão física do poder que tem sido, desde sempre, um elemento definidor deste. Com a desconfiança das pessoas face ao poder político que se verifica actualmente, pode perceber-se que o cibergoverno pode ter um papel determinante nesta questão ora ajudando a dar uma nova imagem do poder, ora cimentando essa imagem de um poder distante e impessoal. Por quebrar alguns laços de proximidade e de interacção, o cibergoverno pode, se mal implementado, contribuir para um poder negativo que cimente as novas Sociedades de Controlo e venha a tornar-se numa ferramenta que mine o avanço da Democracia.

Assim, é mais urgente que nunca avaliar a extensão, o papel e a imagem do cibergoverno nas nossas sociedades, de forma a poder preservar a Democracia a par com o avanço tecnológico.

Palavras-chave: Cibergoverno, Democracia, Sociedade. **Keywords:** Cibergovernment, Democracy, Society.

Abstract

The Cibergovernment is a reality that has become more and more present in our lives, influencing not only the way power is exercised on populations, but also the way how these populations handle that same power.

In fact, today a fair share of public service is delivered to population remotely through virtual means, like the Internet, dismissing the physical dimension of power that has been, for a longtime, a defining element of it. With the mistrust of people regarding political power that we see nowadays, we can understand that the cibergovernment can have a central role in that question, either by helping to form a new image of power, or by cementing that old impersonal and distant image. Breaking some proximity and interaction bonds, cibergovernment can, if badly implemented, contribute to a negative form of power that establishes the Societies of Control, becoming a tool to undermine Democracy.

Therefore, it is most urgent to evaluate the extension, role and image of cibergovernment in our societies, so that we can preserve society alongside with technological advance.

1. Introdução

Actualmente, os meios informáticos são parte importante não só da vida dos cidadãos, mas também da acção dos governos, servindo como instrumentos para a execução de políticas públicas e de forma de chegar a mais pessoas, agilizando os serviços públicos.

De facto, por todo o mundo os diversos Estados têm vindo a constituir um nível de acção informático, materializando o poder político no espaço virtual, que se poderia chamar de Cibergoverno. Face ao Cibergoverno, põe-se a hipótese de um Estado muito mais poderoso e virtualmente omnipresente, através dos meio virtuais, de facto, “estamos diante de um fenómeno de interactividade que está tendencialmente em posição de privar o homem do seu livre arbítrio para o encadear num sistema de questões-respostas que não tem rival” (Virilio, 2000a: 86), encaixando na definição de Gilles Deleuze, que diz que a função do poder agora “trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controlo que estão substituindo as sociedades disciplinares.” (Deleuze, 2000: 1)

Esta situação representa uma tendência centralizadora que se confronta com diversos movimentos pela descentralização, correspondendo ao facto de que “o Estado-nação está dividido entre duas necessidades. Para cima, (...), em que o Estado nacional é ultrapassado pela possibilidade de um Estado transnacional, e para baixo, pelas vontades de emancipação regional e descentralizadoras. Este movimento é um movimento suicida para a democracia política. É, pois, a simultaneidade dos dois movimentos que me parece terrível hoje.” (Virilio, 2000a: 82-83)

2. O Cibergoverno, o Poder e a População

O poder é exercido sobre um determinado espaço. Com o avanço do Cibergoverno o poder começa agora a ser exercido no mundo virtual, tornando-se difícil definir o espaço em que este actua verdadeiramente. Ao mesmo tempo, a relação das pessoas com o poder está em constante evolução, podendo estas novas formas de governação afectar a forma como o poder é exercido sobre a população.

Actualmente, muitos dos serviços públicos são efectuados remotamente através de meios virtuais, “com efeito, quando já nos submetemos, que resta da noção do serviço? Da mesma maneira, que resta da noção de público a partir do momento em que a imagem pública (em tempo real) prevalece sobre o espaço público? (...) A crise de noção de dimensão física atinge assim directamente a política e a administração dos serviços públicos ao atingir a antiga geopolítica” (Virilio, 2000b: 41). Assim, pode dizer-se que nos encontramos “numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família” (Deleuze, 2000: 1), pois hoje, mais do que nunca, o físico perde vantagem face ao virtual, Podemos ver que o poder “está presente nos mecanismos mais subtis a comunicação social: não apenas no Estado, nas classes, nos grupos mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, os espectáculos, jogos, desportos, informações, nas relações familiares e privadas e até nas forças libertadoras” (Barthes, 1988: 14), mas agora este não é apenas “le droit de vie et de mort” (Foucault, 1976: 177) como aquele que era “un des privilèges caractéristiques du pouvoir souverain” (Foucault, 1976: 177) nem a capacidade de “entrer à l’intérieur d’une politique, d’une stratégie politique, d’une stratégie générale de pouvoir” (Foucault, 1977-1978: 3) do biopoder, mas sim um poder muito mais profundo que “through the single market, through globalization, through the

convergence of time towards a single time, a world time, a time which comes to dominate local time, and the stuff of history, what emerges – through cyberspace, through the big telecommunications conglomerates, is a new totalitarianism, a totalitarianism of totalitarianism, and that is what I call globalitarianism. It is the totalitarianism of all totalities” (Armitage, 2001: 29) que qualifica o poder numa Sociedade de Controlo.

Com isto, podemos ver que “deste modo, o urbanista, mas também o homem político. Encontram-se divididos entre as necessidades permanentes da organização e da construção do tempo real, com os seus problemas territoriais, os constrangimentos geométricos e geográficos do central e do periférico, mais os novos constrangimentos do tempo real da imediatidade e da ubiquidade, (...) e os constrangimentos cronogeográficos de nós e das redes interconectadas” (Virilio, 2000b: 36), sendo então nesta nova realidade o espaço virtual, o ciberespaço, o local primordial de acção do poder, pois “não se pode compreender o desenvolvimento da informática sem a sua dimensão cibernética. Não é por acaso que se fala de ciberespaço. As auto-estradas da informação estão ligadas a um fenómeno de feed-back, de retroacção. (...) As auto-estradas da informação vão, pois, instalar um sistema interactivo que é tão terrível para a sociedade como a bomba o é para a matéria” (Virilio, 2000a: 86).

Assim, é importante avaliar o impacto efectivo que o mundo virtual pode ter no território, pois “the diffusion of Internet, mobile communication, digital media, and a variety of tools of social software have prompted the development of horizontal networks of interactive communication that connect local and global in chosen time” (Castells, 2007: 246). De facto, “hay una paradoja aparente: se pensaba que Internet y las tecnologías de infomación podían contribuir a la desaparición de las ciudades e al hecho de poder trabajar todos desde nuestras montañas, desde nuestros campos, nuestras aldeas” (Castells, 2000: 6), isto é, que os meios virtuais contribuiriam para um encurtar das distâncias efectivas e consequentemente promover uma certa descentralização mas na realidade “lo que está ocurriendo es la concentración de población en grandes centros de actividad y de emisión de información, y dentro de esos grandes centros, difusión interna en una especie de proceso de extensión espacial porque Internet permite, por un lado, conectar de metrópoli a metrópoli y, dentro de la metrópoli, conectar oficinas, empresas, residencias, servicios, en un área muy grande desde el punto de vista espacial” (Castells, 2000: 6), existindo, de certa forma, um aumento de centralização ou pelo menos de concentração de funções em determinadas zonas. Esta situação ilustra o paradigma das sociedades que estão em transição para as Sociedades de Controlo, pois nestas “the divisions between those who use and those who do not use Technologies such as the Internet are greater” (Cardoso, 2005: 25) mas somos induzidos em erro pelo facto de “as novas tecnologias (...) [serem] tecnologias do estabelecimento de redes das relações e da informação e, (...), [veicularem] muito evidentemente a perspectiva de uma humanidade unida, mas também de uma humanidade reduzida a uma uniformidade” (Virilio, 2000a: 12), vivendo numa situação de concorrência entre o modelo tradicional de sociedade, que privilegia o poder soberano, e o novo modelo da Sociedade de Controlo, presente nos níveis real e virtual, gerando um “jogo entre o local e o global [que privilegia] uma globalização homogeneizadora, que padroniza as desigualdades, e de localismos diferenciadores que resistem, promovendo a heterogeneização” (Haesbaert, 1999: 27). A verdade é que o Cibergoverno poderia verdadeiramente substituir o poder físico, com um investimento elevado nas novas tecnologias, criando uma proximidade virtual, dado que “numa perspectiva das relações global-local, o local pode ser atravessado pelos processos globais” (Haesbaert, 1999: 27), daí que hoje se pretira (geralmente) os níveis abaixo de global, visto que “l'échelon local est toujours un objectif incertain” (Virilio, 1989: 45). De qualquer das formas, a ciber-estrutura criada pelos meios electrónicos de nova geração leva

àquilo que Deleuze chamou desterritorialização, pois “the nature of wealth is no longer to be sought on the side of the object, under exterior conditions, in the territorial or despotic machine” (Deleuze e Guattari, 1983), ao mesmo tempo que se dá uma bipartição global que se configura de diferentes maneiras no terreno, com diferentes indivíduos a viver, simultaneamente, em diferentes patamares, em diferentes esferas “en conexión simpatética com el Uno que envuelve actualmente tanto esta vida aqui como qualquer otra” (Sloterdijk, 2015: 46) e ligando-se “como esferas dobles inseparables” (Sloterdijk, 2015: 175).

Portanto, os espaços do poder estão em mudança, pois “the reason why space is critical is because it is on the verge of becoming virtual space” (Armitage, 2001: 24), ilustrando a crise do espaço físico que se vive actualmente, com a ascensão dos meios virtuais como meio de poder e a instauração progressiva de uma Sociedade de Controlo, onde o Estado se serve de “information and communication technologies have the potential to affect production (or capacity) as well as coordination, communication, and control” (Fountain, 2005: 151), exercendo o poder de forma profunda e permanente.

Hoje em dia, os cidadãos se sentem desligados do exercício do poder e com a nova figura das regiões poderiam ter acesso não só a mais serviços como a uma maior capacidade de participação política. De facto, as questões espaciais têm-se alterado em virtude do progresso do mundo virtual e “como bem dizia Paul Klee: «Definir isoladamente o presente é matá-lo.» É isso que as tecnologias do tempo real realizam: matam o tempo «presente» ao isolarem-no do seu aqui e agora, em favor de um algures comutativo, que não pode ser já o da nossa «presença concreta» no mundo, mas o de uma «telepresença discreta» cujo enigma permanece na íntegra.” (Virilio, 2000b: 33)

A questão da proximidade, no entanto, mantém a sua pertinência, visto que os cidadãos se sentem cada vez menos ouvidos e as taxas de participação em queda. As estruturas reais de governo têm um impacto muito superior a lugares virtuais, pois “o princípio legitimador da autonomia é o da proximidade, o que permite estabelecer uma relação direta e imediata da organização representativa e da estrutura administrativa com o território e a população. O princípio de proximidade continua sendo válido assim como a reivindicação da autonomia local” (Castells e Borja, s.d.: 158), superando desse modo as vantagens da tecnologia.

A população não tem a melhor opinião das estruturas estatais, existindo frequentemente uma sensação de falta de proximidade, uma ideia de ineficácia e peso excessivo dos aparelhos do poder, de excesso de burocracia e de uma contaminação generalizada das instâncias do poder por corrupção e caciquismos. Acresce a isto a situação de que, com o crescimento do peso dos serviços virtuais do Estado, as pessoas desconfiam da capacidade desses sistemas e sentem que o Estado começa a entrar em níveis demasiado profundos da sua vida, pois apercebem-se que “há um abandono da terra, para não dizer do território” (Virilio, 2000a: 19), ao mesmo tempo que o Estado mantém a ideia de que “cada vez que há um progresso de velocidade, (...) a democracia seguirá” (Virilio, 2000a: 20), isto é, de que o ciberespaço poderá funcionar em prol da Democracia e da sociedade, “ora sabe-se bem que não é o caso” (Virilio, 2000a: 20) e os indivíduos começam a sentir esse peso fantasma do controlo permanente que caracteriza a Sociedade de Controlo.

3. Conclusão

Pode então dizer-se que “a cibernética, (...) [pode ser] uma ameaça para a democracia” (Virilio, 2000a: 33-34),, pois “todo o problema da realidade virtual , é essencialmente negar o hic et nunc, de negar o «aqui» em proveito do «agora»” (Virilio, 2000a: 48), e “com a generalização da interacção à distância, tornar-se-á desprezível” (Virilio, 2000b), assim a expansão das formas de Cibergoverno pode ser nociva à população, com a extensão do poder até aos níveis mais profundos da vida dos cidadãos, e consolidando desse modo a Sociedade de Controlo em que o Estado é omnipresente e controlador.

É possível evitar a degradação da Democracia, pois “through the single market, through globalization, through the convergence of time towards a single time, a world time, a time which comes to dominate local time, and the stuff of history, what emerges – through cyberspace, through the big telecommunications conglomerates, is a new totalitarianism, a totalitarianism of totalitarianism, and that is what I call globalitarianism. It is the totalitarianism of all totalities” (Armitage, 2001: 29). Assim, estamos a criar as bases para um novo sistema mundial de centralização global, onde se multiplicam as desigualdades, que se pode materializar se continuar o ritmo actual de virtualização da realidade e do poder, tornando-se real esse “sistema interactivo que é tão terrível para a sociedade como a bomba o é para a matéria.” (Virilio, 2000a: 86)

Em conclusão, é urgente calcular bem o papel a atribuir ao cibergoverno e a extensão que este deve ter nas nossas vidas, de forma a evitar um cimentar das Sociedades de Controlo e assim, gradualmente prejudicar o equilíbrio democrático vivido até aqui.

Referências Bibliográficas

- ARMITAGE, John (2001) *Virilio Live: Selected Interviews*. Londres: SAGE Publications, ISBN: 0 7619 6859 8.
- BARTHES, Roland (1988) *Lição*. Trad. Ana Mafalda Leite. Lisboa : Edições 70.
- CARDOSO, Gustavo (2005) *Societies in Transition to the Network Society*. In *The Network Society: From Knowledge to Policy*. Washington: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations.
- CASTELLS, Manuel (2000) *Internet y la Sociedad Red*. Conferencia de Presentación del Programa de Doctorado sobre la Sociedad de la Información y le Conocimiento. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya. P. 6.
- CASTELLS, Manuel (2007) *Communication, Power and Counter-power in the Network Society*. *International Journal of Communication*. Los Angeles: Annenber School for Communication, University of Southern California. Nº. 1.
- CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi (s.d.) *As Cidades como Atores Políticos*. Trad. Omar Ribeiro Thomaz. *Novos Estudos*. Nº 45.
- DELEUZE, Gilles (2000) *Post-scriptum sobre as Sociedade de Controlo* in *L’Autre Journal*. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix (1983) *Anti-Œdipus*. Trad. Robert Hurley, Mark Seem e Helen R. Lane. Mineápolis: University of Minnesota Press.

FOUCAULT, Michel (1976) *Histoire de la Séxualité I: La volonté de savoir*. S. l.: Éditions Gallimard.

FOUCAULT, Michel (1977-1978) *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France.

FOUNTAIN, Jane E. (2005) *Central Issues in the Political Development of the Virtual State*. In *The Network Society: From Knowledge to Policy*. Washington: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations.

HAESBAERT, Rogério (1999) *Região, Diversidade Territorial e Globalização*. GEOgraphia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Ano 1, nº. 1.

VIRILIO, Paul (1989) *Esthétique de la disparition*. 2ª. Edição. Paris : Éditions Galilée.

VIRILIO, Paul (2000) *Cibermundo: A Política do Pior*. Trad. Francisco Marques. Lisboa: Editorial Teorema.

VIRILIO, Paul (2000) *A Velocidade de Libertação*. Trad. Edmundo Cordeiro. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

SLOTEDIJK, Peter (2015) *Esferas II*. Trad. Isidoro Reguera. S.l.: turolero. [consultado a 13 de Junho de 2016]. Disponível na Internet em: [http://assets.espapdf.com/b/Peter%20Sloterdijk/Esferas%20II%20\(2689\)/Esferas%20II%20-%20Peter%20Sloterdijk.pdf](http://assets.espapdf.com/b/Peter%20Sloterdijk/Esferas%20II%20(2689)/Esferas%20II%20-%20Peter%20Sloterdijk.pdf)